

OBITUÁRIO

Presidente do Ibram e ex-ministro dos governos FHC e Temer, economista e ex-deputado federal estava internado no hospital DF Star, em Brasília, e fazia tratamento para câncer no pâncreas diagnosticado há dois anos

Raul Jungmann morre aos 73 anos

» DANANDRA ROCHA

O presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann, morreu ontem, aos 73 anos, em Brasília. Ele enfrentava um câncer no pâncreas, diagnosticado há mais de dois anos, e estava internado no hospital DF Star.

Com trajetória marcante na vida pública brasileira, o ex-deputado federal e consultor ocupou cargos de destaque no Executivo federal. No governo do tucano Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi ministro da Reforma Agrária. Anos depois, voltou ao primeiro escalão como ministro da Defesa e da Segurança Pública, no governo Michel Temer (MDB), entre 2016 e 2018. À frente dessas áreas, participou de debates centrais sobre soberania, organização das forças de segurança e coordenação federal no combate à violência.

Até o agravamento do quadro de saúde, Jungmann era reconhecido pela atuação em áreas estratégicas do Estado.

Pernambuco de Recife, Jungmann construiu uma trajetória de mais de cinco décadas na vida pública. Foi deputado federal pelos antigo PPS — antes Partido Socialista Brasileiro e, hoje, Cidadania — por três mandatos, período em que se destacou pela atuação em temas institucionais e de desenvolvimento.

Mesmo após deixar cargos ministeriais, manteve atuação intensa. Desde 2022, presidia o Ibram, onde liderou uma agenda voltada à sustentabilidade, à governança e ao papel estratégico dos minerais na transição energética.

Segundo pessoas próximas, Jungmann seguiu trabalhando durante o tratamento de saúde e chegou a participar de diversos encontros preparatórios para a COP30,

reforçando a pauta ambiental e climática no setor mineral.

Em nota, o Ibram lamentou a morte de seu diretor-presidente e destacou o desejo de Jungmann por um velório restrito a familiares e amigos próximos. A entidade ressaltou a dedicação do dirigente à democracia, ao diálogo e ao desenvolvimento sustentável, além do fortalecimento institucional do setor sob sua liderança, “competência, visão estratégica, capacidade de articulação e pelo legado de diálogo e ética que deixa não apenas na mineração, mas em toda a vida pública brasileira”.

O Lide — Grupo de Líderes Empresariais —, do qual Jungmann era head do Lide Mineração, também manifestou pesar. Em comunicado, a organização destacou a contribuição do ex-ministro para o desenvolvimento estratégico da mineração brasileira e seu espírito público, que marcou tanto a política quanto a atuação empresarial. Segundo a nota, Jungmann “deixa um legado associado ao diálogo institucional, à defesa da democracia e à busca por soluções de longo prazo para áreas sensíveis do Estado brasileiro”.

Repercussão

A morte de Raul Jungmann provocou forte repercussão entre autoridades dos Três Poderes, governadores, parlamentares e lideranças políticas. Reconhecido pela capacidade de diálogo e pela atuação em momentos decisivos da vida institucional do país, o ex-ministro foi lembrado como uma referência republicana e democrática. Procurada pelo **Correio**, a família informou que não irá se manifestar.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), destacou a trajetória pública de Jungmann e lembrou a homenagem prestada recentemente

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Ex-deputado e ex-ministro Raul Jungmann estava à frente do Ibram desde 2022

ao ex-ministro na Casa. “Recebo com pesar a notícia do falecimento do ex-deputado federal, ex-ministro e presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, Raul Jungmann. Ainda em dezembro, em nome da Câmara dos Deputados, concedi a Jungmann uma Moção de Louvor. Foi um reconhecimento da sua trajetória pública, de serviço prestado ao país”, disse. Motta ressaltou ainda “as lições sobre diálogo, construção de pontes e respeito institucional”.

O ex-presidente Michel Temer destacou a trajetória e a dedicação do ex-ministro. “Um brasileiro que soube servir ao país. Por onde passou deixou sua marca”, escreveu, declarando estar com “tristeza no plano físico e saudades no plano pessoal”.

Em manifestação mais longa, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes

afirmou que a perda tem dimensão pessoal e institucional. “A partida de Raul Jungmann me atinge de forma especialmente dolorosa. Perco um amigo querido, cuja presença sempre inspirou confiança e serenidade”, escreveu o decano da Corte Suprema. Mendes descreveu Jungmann como “um homem público de rara integridade e de extraordinária densidade republicana” e disse que sua trajetória se confunde com a própria história da redemocratização brasileira.

O líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), classificou Jungmann como “um dos mais capacitados e éticos homens públicos” que conheceu. “A política brasileira perde um grande quadro, um homem de diálogo, firmeza e profundo compromisso com o interesse público”, afirmou.

A ex-senadora e ex-ministra da

Agricultura Kátia Abreu destacou a dimensão pessoal da perda. “Morre o ex-ministro Raul Jungmann, meu amigo querido e amado. Uma das maiores inteligências do país. Vai fazer muita falta ao Brasil”, escreveu em suas redes sociais. Em tom semelhante, o amigo e ex-deputado Roberto Freire lamentou a morte do “velho camarada desde a juventude no Recife”, a quem definiu como um dos mais competentes políticos e gestores públicos de sua geração.

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) afirmou que “o Brasil perdeu o querido Raul Jungmann, um dos maiores pensadores e formuladores da nação”, enquanto o senador Sergio Moro (União-PR) destacou a experiência de ter convivido com Jungmann durante a transição de governo de 2018, quando ele ocupava o Ministério da Segurança Pública. “Uma perda para a vida pública”, resumiu.



Perco um amigo querido, cuja presença sempre inspirou confiança e serenidade”

Gilmar Mendes, ministro do STF

Recebo com pesar a notícia do falecimento do ex-deputado federal, ex-ministro e presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, Raul Jungmann”

Hugo Motta, presidente da Câmara dos Deputados

Um dos maiores pensadores e formuladores da nação”

Renan Calheiros, senador (MDB-AL)

Um brasileiro que soube servir ao país. Por onde passou deixou sua marca”

Michel Temer, ex-presidente (MDB)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Lula faz crítica a Trump

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a criticar a atuação dos Estados Unidos na Venezuela e classificou como grave retrocesso a prisão do ditador venezuelano Nicolás Maduro, ocorrida em 3 de janeiro. Em artigo publicado, ontem, no *The New York Times*, o chefe do Executivo brasileiro afirmou que a iniciativa americana simboliza mais um episódio de enfraquecimento do “direito internacional e da ordem multilateral estabelecida no pós-Segunda Guerra Mundial”.

No texto, Lula sustenta que a recorrência de ações unilaterais por grandes potências corrói a autoridade da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente do Conselho de Segurança. Para Lula, “quando o uso da força para resolver disputas deixa de ser exceção e passa a ser regra”, e a estabilidade global ficam comprometidas, com impactos diretos sobre “a paz e a segurança” internacionais.

O artigo de Lula foi publicado um dia após a assinatura do acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE), no Paraguai. O presidente brasileiro

não participou da cerimônia, mas um dia antes recebeu a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, no Rio de Janeiro, onde posaram para várias fotos que foram compartilhadas por ambos nas redes sociais.

A crítica do presidente brasileiro já foi manifestada logo após a captura de Maduro, quando ele classificou o episódio como uma “afronta à soberania” venezuelana. A reação, no entanto, divide opiniões no Brasil. Levantamento da Pesquisa Genial/Quaest, divulgado na quinta-feira, indicava que 51% dos brasileiros consideram que Lula errou ao criticar publicamente os Estados Unidos.

No artigo, Lula argumenta que a aplicação seletiva das normas internacionais gera desordem do sistema global. Segundo ele, a ausência de regras coletivamente acordadas inviabiliza a construção de sociedades democráticas e inclusivas, classificando como “impossível construir sociedades livres”. Lula também alertou para os efeitos colaterais das ações unilaterais, como a interrupção de fluxos comerciais,

Ricardo Stucker/PR



Lula com Ursula von der Leyer, no Rio, um dia antes da assinatura do acordo entre UE e Mercosul

a retração de investimentos, o aumento de refugiados e o fortalecimento do crime organizado.

O petista demonstrou especial preocupação com a América Latina e o Caribe, regiões que, segundo ele, historicamente buscam a resolução de disputas por meio do respeito à soberania e da rejeição ao uso da força. Lula ressaltou que se trata do primeiro ataque militar direto dos Estados Unidos à América do Sul em mais de dois séculos de independência regional. “Temos interesses e projetos próprios a defender”,

relatou, ao afirmar que o Brasil não aceitará relações internacionais pautadas por hegemonias.

Ao tratar da Venezuela, Lula reiterou que o futuro do país deve ser decidido por seu próprio povo, por meio de um “processo político inclusivo”. Para ele, apenas uma solução liderada por venezuelanos pode criar condições para a retomada democrática e permitir o retorno seguro de milhões de cidadãos que hoje vivem fora do país, muitos deles no Brasil.

Convite

Enquanto critica ações unilaterais no cenário internacional, Lula enfrenta agora uma decisão delicada no campo diplomático. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, convidou o brasileiro a integrar um “Conselho de Paz” destinado a supervisionar a reconstrução da Faixa de Gaza, iniciativa que colocaria Lula em posição sensível diante de suas críticas à ofensiva israelense no território palestino.

O convite, encaminhado por meio da Embaixada do Brasil em

Washington, na sexta-feira (16), ainda está em análise sobre possíveis impactos geopolíticos de uma eventual adesão, que será liderada pelos Estados Unidos, principal aliado de Israel.

Desde o início da guerra entre Israel e o Hamas, em outubro de 2023, Lula tem defendido a mediação de conflitos pela ONU e a criação de um Estado palestino, o que pode gerar cobranças por incoerência, caso aceite integrar o grupo proposto por Trump.

A proposta do republicano também gerou reações em Israel. No sábado, o gabinete do primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, informou que a iniciativa norte-americana não foi previamente coordenada com o governo israelense e contraria a política adotada por Tel Aviv. O tema deve ser tratado diretamente entre autoridades israelenses e o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio.

Ao encerrar o artigo publicado no jornal norte-americano, Lula buscou reforçar o tom diplomático ao afirmar que mantém diálogo construtivo com Washington. Destacou ainda que Brasil e Estados Unidos são as duas democracias mais populosas das Américas e que a cooperação entre ambos é essencial para enfrentar desafios comuns na região, porque o “Hemisfério pertence a todos”, referência logo no título do texto. **(DR)**

Oxfam: renda de bilionários cresce 16%

» ROSANA HESSEL

Enquanto a pobreza no mundo está praticamente estagnada, a riqueza dos bilionários aumentou 16%, em 2025, ritmo três vezes mais rápido do que a média dos últimos cinco anos, alcançando o montante de US\$ 18,3 trilhões — nível mais alto da história, conforme dados divulgados, na noite de ontem, pela Oxfam, em paralelo ao encontro anual do Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês). O evento ocorre nesta semana, em Davos, na Suíça, reunindo cerca de 400 líderes políticos, incluindo

65 chefes de Estado e de governo, e quase 850 presidentes das maiores organizações globais.

De acordo com o relatório *Resistindo ao Domínio dos Ricos: Protegendo a Liberdade do Poder dos Bilionários*, desde 2020, a riqueza dos bilionários aumentou 81%, enquanto uma em cada quatro pessoas do planeta não possui o suficiente para comer e quase metade da população mundial vive na pobreza. O número de bilionários superou 3 mil, no ano passado, pela primeira vez na história. Além disso, apenas o aumento de US\$ 2,5 trilhões na riqueza desse grupo privilegiado equivale

à riqueza total detida pela metade mais pobre da humanidade — 4,1 bilhões de pessoas.

O estudo ainda detecta que esse aumento expressivo da riqueza desse seleto grupo coincide com a administração do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, perseguindo uma agenda pró-bilionários.

No Brasil, segundo a Oxfam, a concentração de riqueza atinge níveis extremos: o país reúne o maior número de bilionários da América Latina e do Caribe, com 66 pessoas que acumulam juntas cerca de US\$ 253 bilhões, a maior fortuna total da região. “Esse cenário

convive com um sistema tributário historicamente regressivo, no qual a maior parte da carga recai sobre o consumo e os trabalhadores, penalizando de forma desproporcional pessoas negras, mulheres e famílias de menor renda, enquanto as rendas mais altas e do capital seguem insuficientemente tributadas”, destacou a entidade.

Apesar de a recente reforma do Imposto de Renda representar um avanço ao ampliar a isenção para rendas mais baixas e estabelecer uma tributação mínima efetiva maior sobre os mais ricos, “o país ainda precisa avançar na taxaço

de dividendos, grandes fortunas e heranças para enfrentar estruturalmente a desigualdade”, segundo a entidade. “O Brasil é um exemplo claro de como a desigualdade não é uma fatalidade, mas o resultado de escolhas políticas. Quando poucos concentram tanta riqueza e pagam proporcionalmente menos impostos, toda a sociedade perde. Avançar em uma reforma tributária verdadeiramente progressiva é essencial para reduzir desigualdades históricas, fortalecer a democracia e garantir direitos para quem mais precisa”, disse Viviana Santiago, diretora-executiva da Oxfam Brasil, em nota.

O diretor-executivo da Oxfam Internacional, Amitabh Behar, disse que a crescente lacuna entre os ricos e o resto “está criando, ao mesmo tempo,

um déficit político altamente perigoso e insustentável”. Pelas estimativas da Oxfam, os bilionários têm 4.000 vezes mais probabilidade de ocuparem cargos políticos do que os cidadãos comuns. Uma pesquisa mundial de valores em 66 países constatou que quase metade de todas as pessoas entrevistadas acreditam que os ricos frequentemente compram eleições em seu país. “Os governos estão fazendo escolhas erradas para agradar à elite e defender a riqueza, enquanto reprimem os direitos das pessoas e a indignação com o fato de que tantas vidas estão se tornando inacessíveis e insuportáveis”, destacou Behar.

Conforme dados da entidade, a taxa de redução da pobreza estagnou, com níveis anteriores aos da pandemia de covid-19.